

CARNAP, QUINE E O EMPIRISMO SEM DOGMAS

Pedro H. N. Pizzutti

PPG-FIL Universidade Estadual de Londrina

Gelson Liston

Universidade Estadual de Londrina

Resumo: Neste artigo, analisamos a contenda entre Rudolf Carnap e Willard van Orman Quine em torno do empirismo, tendo como foco a discussão acerca dos chamados dois dogmas do empirismo. Especificamente, Carnap e Quine são dois dos principais nomes da Filosofia da Ciência no século XX e, embora tenham sido amigos próximos, Quine foi um dos maiores críticos de Carnap. Nesta empreita, Quine atribuiu à obra carnapiana dois dogmas, a saber, os chamados dogmas da distinção analítico-sintético e do reducionismo. Esta imagem dogmática da obra de Carnap, não obstante, perpetuou-se de modo a constituir um retrato padrão da obra carnapiana dentro da Filosofia da Ciência. Contrários a esta interpretação de Quine, neste artigo, defendemos que o empirismo de Carnap não é dogmático, sendo alheio aos dogmas referidos por Quine. Consequentemente, argumentamos que, longe de discordarem no que tange a aspectos centrais do empirismo, Carnap e Quine estão de acordo em pontos decisivos acerca da concepção empirista da Ciência. De tal forma que, a principal divergência se encontra, não no empirismo, mas em suas respectivas propostas para a própria Filosofia da Ciência.

Palavras-chave: Empirismo, Dogmas, Quine, Carnap.

Abstract: In this article we analyze the dispute between Rudolf Carnap and Willard van Orman Quine over empiricism focusing on the discussion of the so-called two dogmas of empiricism. In detail, Carnap and Quine are two leading figures in the 20th century Philosophy of Science and although they were close friends Quine was one of Carnap's greatest critics. In this enterprise Quine attributed two dogmas to the Carnapian work, namely, the so-called analytic-synthetic distinction's dogma and reductionism's dogma. Notwithstanding, this Carnap's dogmatic image was perpetuated so as to constitute a standard portrayal of Carnap's work within the Philosophy of Science. Opossing to Quine's interpretation, in this article we defend that Carnap's empiricism is not dogmatic, being alien to the dogmas atributed by Quine. Therefore, we argue that far from disagreeing on central aspects of empiricism, Carnap and Quine are in agreement on decisive points regarding the science's empiricist conception. In such a way that the main divergence between the authors is not found in empiricism per se but in their respective proposals for the Philosophy of Science itself.

Keywords: Empiricism, Dogmas, Quine, Carnap.

Introdução

Willard van Orman Quine (1908-2000) e Rudolf Carnap (1881-1970) são dois dos maiores nomes da tradição da Filosofia Analítica que, não obstante, nutriram uma grande amizade, dotada de inspiração e respeito intelectual. Contudo, como destacou Richard Creath (1990, p. 1) na introdução à coletânea de cartas trocadas entre Carnap e Quine, intitulada *Dear Carnap, Dear Van* (1990), esta amizade também foi marcada por Quine ter sido o mais profundo e persistente, ainda que o mais simpático, crítico de Carnap. Assim, a contenta entre Carnap e Quine constitui uma das mais interessantes discussões da Filosofia da Ciência do século XX, com Carnap, de um lado, na qualidade de um dos principais autores do movimento de Empirismo Lógico¹, enquanto Quine, de outro, simbolizando, junto a outros autores, uma geração filosófica que se rebelou contra o “paradigma” lógico-positivista.

Um dos principais marcos deste embate foi a publicação, em 1951, do artigo de Quine, “Dois Dogmas do Empirismo” (2011a)². Neste texto, Quine (2011a, p. 37) bradou que o empirismo moderno, representado em sua contemporaneidade pelas posições metateóricas de Carnap, foi construído sobre o alicerce de dois dogmas que, conseqüentemente, deveriam ser abandonados das análises filosóficas futuras acerca do conhecimento científico. Estes dogmas, por sua vez, seriam as concepções, insustentáveis, segundo Quine, da distinção analítico-sintético e do reducionismo³.

Para além das críticas e ao final de *Dois Dogmas*, Quine ainda apresentou, como alternativa ao pretensão empirismo dogmático, o que ele considerava ser o empirismo purificado dos dogmas, isto é, um empirismo sem dogmas. Ao proceder dessa forma, Quine foi, historicamente, um dos primeiros a abertamente criticar o “paradigma” do Empirismo Lógico no que era tido como seus alicerces e, além disso, a propor alternativas a este “paradigma”⁴. Sendo assim, Quine foi um dos pioneiros na estratégia

¹ O movimento também foi conhecido como Positivismo Lógico. Nós tomaremos os termos como sinônimos, mas há uma discussão bastante interessante do que, possivelmente, a distinção entre os nomes Empirismo e Positivismo Lógico representa. Para a leitora e o leitor interessados nessa discussão, ver: “*Logical Positivism – Logical Empiricism: What’s in a Name?*” (2013) de Thomas Uebel.

² Doravante, *Dois Dogmas*.

³ Em termos explicativos, o dogma da distinção analítico-sintético seria o dogma da separação fundamental entre verdades analíticas e sintéticas, enquanto o do reducionismo seria o dogma da concepção de que o conhecimento pode ser reduzido até à experiência sensorial através de reduções lógico-conceituais.

⁴ Vale ressaltar o trabalho de Karl Popper, especialmente sua obra *A lógica da pesquisa científica* (2013), na qual, ainda em 1934, Popper criticava as posições e concepções do Círculo de Viena e apresentava alternativas a estas.

metodológica que se tornaria padrão, nas décadas posteriores de 1960 e 1970, nos ataques às concepções do Empirismo Lógico. Por esta razão, Quine foi considerado um dos principais responsáveis, ao lado da sua geração filosófica, pela queda do movimento e pela sua rejeição subsequente⁵.

Este movimento de rejeição do “paradigma” lógico-positivista, no entanto, foi responsável pela construção e difusão de diversas caricaturas acerca do Empirismo Lógico, como se têm mostrado desde a década de 1990 com os trabalhos dos chamados revisionistas⁶. Isto posto, nosso objetivo neste artigo é, em sentido semelhante ao trabalho destes revisionistas, argumentar que, em *Dois Dogmas*, Quine constrói uma imagem caricaturada das concepções de Carnap e do Empirismo Lógico. De tal sorte que, mostraremos que Rudolf Carnap sempre apresentou e defendeu um empirismo sem os dogmas atribuídos por Quine. Assim, as principais divergências entre Carnap e Quine não estão na adoção ou não de tais dogmas empiristas, mas em outro ponto, a saber, em suas respectivas propostas para lidar com questões que usualmente foram tratadas pela epistemologia tradicional, ou seja, em suas propostas metodológicas para a própria Filosofia da Ciência.

Os dois dogmas do empirismo

Carnap e Quine concordam com o fato de que a epistemologia tradicional, também chamada de teoria do conhecimento, lida com questões acerca dos fundamentos do conhecimento, tentando justificá-lo racionalmente⁷. No que tange aos fundamentos do conhecimento científico, tanto a analiticidade, quanto o reducionismo, foram considerados pontos decisivos dentro da teoria do conhecimento da primeira metade do séc. XX. A

⁵ Certamente Quine representa um pivô importante na história da Filosofia da Ciência, contudo, há outros fatores que merecem destaque na mudança “paradigmática” pós-positivista. Aqui, podemos chamar atenção, por exemplo, à guinada historiográfica com a obra de Thomas S. Kuhn *A estrutura das revoluções científicas* (2017), assim como devemos salientar as guinadas do realismo científico e da abordagem semântica na Filosofia da Ciência. A leitora e o leitor encontram boas referências dessas discussões em: “*The historical turn in the philosophy of science*” (2008) de A. Bird, “*The realist turn in the philosophy of science*” (2018) de Stathis Psillos e “*Reflections on the revolution at Stanford*” (2009) de F. A. Muller.

⁶ Podemos citar os seguintes trabalhos revisionistas: *The semantic tradition from Kant to Carnap* (1991) de J. A. Coffa, *Reconsidering Logical Positivism* (1999) de M. Friedman, *Overcoming logical positivism from within* (1992) de T. Uebel e *Carnap and twentieth century thought* (2007) de A. W. Carus.

⁷ A leitora e o leitor podem conferir os parágrafos iniciais de “Pseudoproblemas na Filosofia” (1975a) de Carnap e de “Epistemologia Naturalizada” (1989) de Quine para conferir a posição dos autores acerca da epistemologia. Não obstante, para um panorama mais amplo acerca da epistemologia, a leitora e o leitor podem ver o livro *Introdução à Epistemologia* (2010) de Luiz Henrique de Araújo Dutra.

perspectiva era de que, por um lado, com a distinção analítico-sintético seria possível, de maneira razoável, explicar a diferença entre o conhecimento das ciências formais e o das ciências empíricas; enquanto, por outro, com o reducionismo, seria possível justificar o conhecimento dos enunciados sintéticos⁸.

Contudo, são justamente estas duas noções que Quine considera serem os dois dogmas injustificados da epistemologia empirista. Assim, segundo ele:

O empirismo moderno foi condicionado, em grande parte, por dois dogmas. Um deles é a crença em uma divisão fundamental entre verdades que são *analíticas*, ou fundadas em significados independentemente de questões de fato, e verdades que são *sintéticas*, ou fundadas em fatos. O outro dogma é o *reducionismo*: a crença de que cada enunciado significativo é equivalente a alguma construção lógica com base em termos que se referem à experiência imediata. Ambos os dogmas, como vou argumentar, são mal fundamentados. (QUINE, 2011a, p. 37, *italico do autor*)

No que diz respeito ao reducionismo, Quine (2011a, p. 62) alega que Carnap, no *Aufbau* (2005)⁹, envolveu-se no projeto de reduzir todo o discurso significativo, científico, a uma linguagem dos dados dos sentidos. Desta forma, mesmo que o reducionismo fosse uma tese já presente na obra de David Hume *Investigação acerca do entendimento humano* (1992) e, embora esta tese já tivesse se transformado no projeto de constituir todo o conhecimento científico como um constructo lógico a partir dos dados dos sentidos com a obra de Bertrand Russell *Our knowledge of external world* (2009), “foi Carnap, no seu *Der logische Aufbau der Welt* de 1928, quem chegou mais perto de sua execução” (QUINE, 1989, p. 93). “Ele foi o primeiro empirista que, não estando satisfeito em afirmar a redutibilidade da ciência aos termos da experiência imediata, deu passos importantes para levar a cabo a redução” (QUINE, 2011a, p. 63).

Quanto à analiticidade, ainda que Quine não diga explicitamente, o autor julga que a tentativa mais sofisticada de caracterização da distinção analítico-sintético foi a construída por Carnap na obra *Meaning and necessity*

⁸ Em específico, os enunciados da Matemática e da Lógica seriam destituídos de conteúdo factual, consistindo apenas em enunciados analíticos, enquanto os enunciados com conteúdo factual, sintéticos, seriam justificados epistemicamente por meio de cadeias de redução até os dados dos sentidos.

⁹ Nossa edição, no entanto, é a edição em língua inglesa intitulada *The logical structure of the world* (2005). Usaremos o nome *Aufbau*, não obstante, por ser amplamente reconhecido na literatura.

(1947). Isto se afigura assim, pois, na última seção dedicada exclusivamente ao problema da analiticidade, Quine (2011a, p. 54; p. 59) se refere e discute as propostas de Carnap na obra supracitada, concluindo que “...apesar de razoável *a priori*, simplesmente não foi traçada uma fronteira entre enunciados analíticos e sintéticos. Que tal distinção deva ser feita é um dogma não empírico dos empiristas, um artigo metafísico de fé”.

À parte o nosso objetivo neste artigo, devemos admitir que Quine parece, à primeira vista, justificado em atribuir os dogmas do reducionismo e da analiticidade à obra carnapiana, em especial quando consideramos algumas passagens das obras citadas acima. Por exemplo, ao visitarmos o *Aufbau*, podemos nos deparar com a seguinte argumentação:

(...) uma vez que nós desejamos requerer do nosso sistema que ele concorde com a ordem epistêmica dos objetos (§ 54), nós temos de proceder a partir daquilo que é epistemologicamente primário, quer dizer, a partir do “dado”, isto é, a partir das experiências em si mesmas em suas totalidades e indivisíveis unidades (...). Os elementos básicos, as experiências do sujeito enquanto unidades (as quais serão melhor delineadas na seqüência), nós chamamos de *experiências elementares*. (CARNAP, 2005, p. 108, *italico do autor*)

Assim, uma vez que consideramos a proposta de construção e redução de todos os conceitos científicos a uma base autopsicológica no *Aufbau*¹⁰, escolhida e justificada a escolha pelo princípio de primazia epistêmica¹¹, constitui-se, com base nessas considerações, um reducionismo que se assemelha àquele citado por Quine.

Quanto à analiticidade, admitamos que conclusões semelhantes às de Quine podem ser formuladas se considerarmos as seguintes passagens de *Meaning and necessity*:

¹⁰ A título de explicação, no *Aufbau*, Carnap estratifica o conhecimento científico em quatro esferas, autopsicológica, física, heteropsicológica e cultural e, no esboço que leva a cabo na obra, escolhe a esfera autopsicológica como base do sistema. Assim, como evidencia Liston em *Carnap: Lógica, Linguagem e Ciência* (2015): “(...) a esfera de objetos culturais é conhecida através da manifestação (psicológica) e a documentação (física), o que possibilita a relação destes objetos com os objetos de esferas inferiores. Essa relação é responsável pela redução e construção deste nível superior. A redução dos objetos heteropsicológicos aos objetos físicos se dá através das manifestações do indivíduo envolvido. Assim, o estado psicológico é externalizado pelos relatos e repertórios de comportamentos, tais como expressões faciais, gestos, atitudes, etc. Com esse argumento, Carnap expressa a tese de que com o auxílio dos objetos físicos podemos concluir acerca dos objetos heteropsicológicos. Por fim, os objetos físicos são reduzidos ao nível autopsicológico através das experiências perceptivas (fluxo da experiência)” (LISTON, 2015, p. 30).

¹¹ A leitora e o leitor são convidados a ver o §54 do *Aufbau*, intitulado “*Epistemic Primacy*”.

Os L-conceitos ('L-verdade', etc.) que nós vamos introduzir são, da mesma forma, pretendidos como *explicata* para conceitos comuns, mas não muito exatos. 'L-verdade' se pretende como um *explicatum* para o que Leibniz chamou de verdade necessária e Kant de verdade analítica. (CARNAP, 1947, p. 8, *italico do autor*)

Os L-conceitos, a serem definidos agora, são propostos como *explicata* para certos conceitos que por muito tempo têm sido usados por filósofos sem serem definidos de maneira satisfatória. Nosso conceito de L-verdade é, como mencionado acima, pretendido como um *explicatum* para o familiar, mas vago, conceito de verdade lógica, verdade necessária ou verdade analítica, tomado aqui como *explicandum*. (CARNAP, 1947, p. 10)

Com base nestas passagens de *Meaning and necessity*, a conclusão que chegamos é que Carnap não só se vale da distinção analítico-sintético, como pretendia que suas considerações fossem *explicatums* para as noções de analiticidade modernas, nominalmente, as de Leibniz e Kant. Portanto, Quine parece, até o momento, correto em atribuir as teses do reducionismo e da analiticidade a Carnap. Consequentemente, se Quine foi feliz em seu artigo, estas teses seriam dogmas da concepção empirista, isto é, proposições carentes de justificação dentro do escopo do conhecimento científico ou, como Quine se refere, "artigos metafísicos de fé" da concepção lógico-empirista de Carnap.

É importante destacar, ainda, que esta interpretação da obra de Carnap, a saber, a que coloca ele na trilha da sofisticação e evolução do empirismo moderno através do aparato da Lógica Simbólica¹², é indicada pelo próprio Carnap em sua *Intellectual Autobiography* (1963). Notoriamente, Carnap (1963, p. 47; p. 50) destaca a importância da analiticidade para conjugar os princípios básicos do empirismo com uma explicação adequada da natureza das ciências exatas, assim como alega que, inspirado por filósofos como Ernst Mach e Russell, escolheu, no *Aufbau*, uma base autopsicológica por acreditar, especificamente, que a tarefa da Filosofia era reduzir todo o conhecimento a uma base caracterizada pela certeza e, assim, a uma base dos dados dos sentidos, do imediatamente dado aos sentidos. Porém, ainda que haja todos estes indícios, argumentaremos, na sequência e contrariamente à posição de Quine, que o empirismo carnapiano nunca foi dogmático.

¹² A leitora e o leitor não familiarizados com a Lógica Simbólica encontram uma excelente referência no livro de Cezar A. Mortari *Introdução à Lógica* (2016).

Carnap não dogmático

Se, por um lado, é incoerente com a obra do autor argumentar que Carnap não se vale da distinção analítico-sintético e do reducionismo em suas considerações metateóricas, por outro, é possível defender que a obra de Carnap é alheia aos dogmas do reducionismo e da analiticidade. Isto ocorre, pois, se considerarmos os dogmas como as noções definidas por Quine, não há, na obra de Carnap, nem o dogma do reducionismo, nem o dogma da analiticidade.

Assim, comecemos considerando a definição do dogma do reducionismo:

Def. Dogma Reduccionismo: a crença de que cada enunciado significativo é equivalente a alguma construção lógica com base em termos que se referem à experiência imediata. (QUINE, 2011a, p. 37).

A partir desta definição, comecemos analisando a obra referida e criticada por Quine acerca deste ponto, a saber, o *Aufbau*. Nesta obra, Carnap está envolvido no projeto de sustentar a tese da unidade da ciência a partir de uma unidade lógico-linguística. Manifestamente, Carnap pretende, por meio da sua teoria construcional¹³, elaborar um sistema construcional que seja capaz de constituir todos, e tão somente, os conceitos das ciências empíricas. Para isto, Carnap separa os conceitos científicos em quatro esferas, a saber, a esfera dos conceitos¹⁴ culturais, heteropsicológicos, físicos e autopsicológicos.

¹³ A teoria construcional consiste na possibilidade de elaboração de sistemas construcionais. Um sistema construcional, explica Carnap (2005, p. 5), tem por objetivo a derivação, explícita e passo a passo, de uma gama de conceitos/objetos a partir de alguns poucos conceitos tomados como fundamentais. Assim, segundo Carnap (2005, p. 6), um sistema construcional é uma ordenação dos objetos do domínio construído de tal forma que os objetos de cada nível superior podem ser construídos a partir dos objetos previamente construídos nos níveis inferiores. Consequentemente, todos os objetos do sistema podem ser construídos a partir dos objetos que constituem a base do sistema. Logo, em sentido contrário ao da construção, os objetos de níveis superiores são redutíveis aos objetos de níveis inferiores. De tal modo, tanto a construção, quanto a redução, é entendida como a tradutibilidade dos enunciados acerca do objeto construído em termos do objeto que serve para sua construção. Assim, “reduzir *a* à *b*, *c* ou *construir a* através de *b*, *c* significa conceber uma regra geral que indica para cada caso individual como um enunciado acerca de *a* deve ser transformado de modo a produzir um enunciado acerca de *b*, *c*. Essa regra de tradução nós chamamos de *regra construcional* ou *definição construcional* (CARNAP, 2005, p. 6, *italico do autor*). Nesse sentido, a teoria construcional no *Aufbau* consiste na possibilidade de sistemas construcionais, de modo geral, e na possibilidade de construção de um sistema construcional para os conceitos das ciências empíricas, de modo específico.

¹⁴ É sempre importante destacar que no *Aufbau* Carnap (2005, p. 5) toma a noção de “objeto” enquanto sinônimo da noção de “conceito”. Logo, as esferas dos “objetos” culturais, heteropsicológicos etc., como

Como destacamos anteriormente, no esboço que leva a cabo na obra, Carnap escolhe uma base autopsicológica, tendo como guia o princípio de primazia epistêmica. Nesta esteira, Carnap defende que, de um ponto de vista epistemológico, o fundamento do conhecimento se encontra na esfera dos conceitos autopsicológicos, no fluxo da experiência, no dado que teria vindo através da experiência (CARNAP, 2005, p. 101-102). De modo que, em sua *Intellectual Autobiography*, Carnap alega que escolheu esta base autopsicológica e, conseqüentemente, uma linguagem fenomenalista, sob a justificativa de que:

Uma vez que o conhecimento mais certo é o do imediatamente dado, enquanto o conhecimento das coisas materiais é derivado e menos certo, parecia que o filósofo deveria empregar uma linguagem que usasse os dados dos sentidos como base. (CARNAP, 1963, p. 50)

Porém, embora adote a base autopsicológica com a justificativa do princípio de primazia epistêmica, é imprescindível destacar que a base de um sistema construcional, tal como proposto por Carnap, é sempre adotada convencionalmente. Logo, o sistema construcional não tem de ser construído sobre uma base autopsicológica, ou seja, a base de redução do sistema não precisa, necessariamente, ser a de uma linguagem que busca descrever os dados dos sentidos. Desta forma, Carnap (2005, p. 94-95) reconhece que, mesmo que implicassem dificuldades técnicas, seria possível construir um sistema a partir de qualquer uma das quatro esferas, isto sem prejudicar a tese da unidade da ciência. Portanto, uma vez que a base é adotada convencionalmente, isto é, uma vez que somos livres para adotar ou não uma linguagem dos dados dos sentidos enquanto base, o dogma do reducionismo não se aplica ao projeto de sistemas construcionais de modo geral, nem ao sistema construcional esboçado por Carnap.

Além disso, é interessante notar que, ainda no *Aufbau*, Carnap chama atenção para as vantagens de se escolher uma base fisicalista, ou seja, uma base não tendo como elementos básicos as experiências elementares, mas os elementos da esfera dos conceitos físicos:

Um sistema construcional materialista possui a vantagem de usar como seu domínio básico o único domínio (a saber, o físico) que é caracterizado pela regularidade de seus processos (...). Uma vez que a tarefa da ciência empírica

tradicionalmente são apresentadas, são, possivelmente, melhor compreendidas se as considerarmos enquanto esferas de "conceitos". É por esta razão que utilizamos a noção de "conceito" mesmo que tradicionalmente se utilize a de "objeto".

(ciência natural, psicologia, ciência cultural) consiste, de um lado, na descoberta de leis gerais, e, de outro, na explicação de eventos individuais por meio de sua subsunção a estas leis gerais, segue-se que, do ponto de vista da ciência empírica, um sistema construcional com uma base fisicalista constitui o arranjo conceitual mais apropriado em relação a qualquer outro tipo de sistema. (CARNAP, 2005, p. 95)

Ademais, esta possibilidade de utilizar a linguagem fisicalista como base para a tese da unidade da Ciência foi, de fato, adotada nos anos subsequentes à tentativa de construção lógica do mundo em 1928¹⁵. Isto ocorreu em 1932, em *The Unity of Science* (1995), quando Carnap (1995, p. 95-96) aderiu à tese do fisicalismo e defendeu que a linguagem fisicalista era a única capaz, naquele momento, de servir de base para a tese da unidade da Ciência.

Todavia, na obra de 1932 Carnap mantém uma linguagem protocolar fenomenalista com propósitos epistemológicos, isto enquanto uma sublinguagem da linguagem fisicalista¹⁶. Conquanto não cabe discutir aqui o quanto este fato poderia comprometer a adesão ao fisicalismo, para nossos propósitos, basta notarmos que em 1934, em *The Logical Syntax of Language* (1937)¹⁷, Carnap abandona, por completo, a linguagem fenomenalista da base linguística da unidade da ciência, não restando quaisquer resquícios de redução “à experiência imediata”¹⁸.

Logo, há dois fatos a serem notados quanto à atribuição do dogma reducionista a Carnap. Primeiro, no *Aufbau*, ainda que exista um reducionismo a uma linguagem fenomenalista, a convencionalidade da base do sistema faz com que esse reducionismo não seja dogmático. Segundo, Carnap adota, ainda em 1932, a base fisicalista e, não obstante, a partir de 1934, não há sequer fragmentos da linguagem fenomenalista na base linguística para a tese da unidade da Ciência. Portanto, o dogma reducionista, tal como definido por Quine, simplesmente não se aplica à obra carnapiana. Passemos, então, ao dogma da analiticidade.

Quanto ao dogma da distinção analítico-sintético, Quine o define da seguinte forma:

¹⁵ Ainda que a própria Teoria Construcional do *Aufbau* tenha sido deixada de lado.

¹⁶ A leitora e o leitor são convidados a conferir a seção 6 de *The Unity of Science* (1995), intitulada “*Protocol language as a part of physical language*”.

¹⁷ Doravante, *Logical Syntax*.

¹⁸ A leitora e o leitor podem verificar a Parte V de *Logical Syntax* (1937), intitulada “*Philosophy and Syntax*”.

Def. Distinção Analítico-Sintético: a crença em uma divisão fundamental entre verdades que são *analíticas*, ou fundadas em significados independentemente de questões de fato, e verdades que são *sintéticas*, ou fundadas em fatos. (QUINE, 2011a, p. 37).

É fato que Carnap (1947, p. 8; p. 10) escreve em *Meaning and necessity* que sua proposta de definição de *L-verdade* é uma tentativa de forjar um *explicatum* para as noções vagas de analiticidade de Kant e Leibniz. Todavia, é preciso entender exatamente o que Carnap pretende com esta ideia de explicação. No mesmo *Meaning and necessity* Carnap escreve que:

A tarefa de tornar mais exato um conceito vago ou não muito preciso usado na vida cotidiana ou em um estágio anterior do desenvolvimento científico ou lógico, ou, melhor, a tarefa de substituí-lo por um novo conceito recém-construído e mais exato, pertence à mais importante tarefa da análise lógica e da construção lógica. Nós chamamos isto de a tarefa de explicar, ou, então, de fornecer uma *explicação* para o conceito prévio; este conceito anterior, ou, por vezes, seu termo, é chamado de *explicandum*, e o novo conceito, ou seu termo, é chamado de o *explicatum* do seu precedente. (CARNAP, 1947, p. 8)

Como a elaboração do *explicatum*, isto é, a construção do novo conceito, é feita, na obra carnapiana, através da transferência da discussão do plano da linguagem natural, modo material do discurso, para um plano lógico-formal, modo formal do discurso¹⁹, no qual o conceito pode, em tese, ser construído de maneira rigorosa²⁰, é preciso investigar exatamente o que Carnap está propondo para a distinção analítico-sintético. Ou seja, é preciso saber, se, de fato, o autor está traçando uma distinção fundamental entre verdades que são analíticas e verdades que são sintéticas, em espírito análogo às distinções clássicas de Hume, Kant e Leibniz citadas por Quine (2011a, p. 37-38), ou, por sua vez, se Carnap tem uma proposta distinta, através do seu ideal de explicação.

¹⁹ A importância de se passar as discussões metateóricas do modo material do discurso para o modo formal é explicitada na seção A da Parte V de *Logical Syntax*, destacamos à leitora e ao leitor os parágrafos §78, §79, §80 e §81 de *Logical Syntax*.

²⁰ Em *Logical Foundations of Probability* (1963a), obra na qual Carnap dedica um capítulo inteiro à discussão acerca da explicação, Carnap (1963a, p. 3) deixa evidente que o *explicatum* deve ser construído em um sistema bem formulado e rigoroso, seja ele de conceitos lógico-matemáticos, seja ele de conceitos empíricos. Ademais, debates interessantes sobre a temática são encontrados na coletânea de artigos *Carnap's ideal of explication and naturalism* (2012) editada por Pierre Wagner.

A título de investigação, podemos recorrer à obra *Logical Syntax* e analisar como a noção de analiticidade é construída ali. Nesta obra, Carnap, com o objetivo de desenvolver seu método sintático, elabora duas linguagens artificiais, a saber, *L.I* e *L.II*. A principal diferença técnica entre elas é que enquanto *L.I* possui regras definidas de transformação, isto é, é uma linguagem recursiva, valendo-se do que Carnap chama de método de derivação [D-método], *L.II* possui regras indefinidas, ou seja, é uma linguagem não-recursiva, valendo-se do que Carnap chama de método de consequência [C-método].

Ao desenvolver estas linguagens, Carnap estrutura uma série de conceitos pareados do método clássico da derivação e do seu método da consequência, a saber, derivável/consequência, demonstrável/válida, refutável/contraválida, resolúvel/determinada, irresolúvel/indeterminada²¹. Estes conceitos, por sua vez, são utilizados para as definições de sentença analítica, contraditória e sintética. De modo que, como explica Tranjan (2010, p. 221), em *Logical syntax*, temos que as definições de sentença analítica, contraditória e sintética aparecem em correspondência a definições técnicas forjadas dentro do contexto de uma linguagem *L*.

No caso de *L.I*, as definições que forjam a distinção analítico-sintético estão pareadas com as definições de sentença demonstrável, refutável e irresolúvel, enquanto no caso de *L.II*, elas estão pareadas com as definições de sentença válida, contraválida e indeterminada (CARNAP, 1937, p. 183). De tal forma que, no fim, as definições fiquem assim:

(i) uma sentença da linguagem *L* é dita analítica, ou *L*-válida, quando na *L*-sublinguagem associada a *L* essa sentença for consequência do conjunto nulo de premissas, ou seja, se ela for consequência do conjunto nulo de premissas, quando consideradas apenas as regras lógicas de transformação da linguagem.

(ii) uma sentença da linguagem *L* é dita contraditória, ou *L*-contraválida, quando na *L*-sublinguagem associada a *L* a negação dessa sentença for consequência do conjunto nulo de premissas, ou seja, se sua negação for consequência do conjunto nulo de premissas, quando consideradas apenas as regras lógicas de transformação da linguagem.

²¹ A leitora e o leitor interessados nas definições desses conceitos podem conferir o trabalho *Carnap e a natureza da lógica* (2010) de Tiago Tranjan, que compila as definições desses conceitos, especificamente, na seção 3.4.2, páginas 212 e 213.

(iii) uma sentença é dita *L*-determinada [logicamente determinada] se for analítica ou contraditória, ou seja, se os recursos lógico-dedutivos da linguagem forem suficientes para determinar seu status dentro da linguagem.

(iv) uma sentença é dita sintética se não for *L*-determinada, ou seja, se não for nem analítica, nem contraditória. Em outras palavras: uma sentença é sintética se os recursos lógico-dedutivos da linguagem não forem suficientes para decidir quanto a seu *status* dentro da linguagem. (TRANJAN, 2010, p. 221-222)

Vejamos, agora, para efeito de comparação e análise, como a distinção analítico-sintético é definida em *Meaning and necessity*. Como discutimos, a definição de sentença analítica está pareada com a definição de sentença *L*-verdadeira. Neste sentido, Carnap determina a seguinte convenção para a *L*-verdade: “uma sentença \square_i é *L*-verdadeira em um sistema semântico *S* se, e apenas se, \mathfrak{S}_i é verdadeira em *S* de tal forma que sua verdade possa ser estabelecida exclusivamente sobre a base das regras semânticas de *S*, sem qualquer referência a fatos (extralinguísticos)” (CARNAP, 1947, p. 10). A partir desta convenção, as definições propriamente ditas ficam da seguinte forma:

(i) Sentença analítica: uma sentença \mathfrak{S}_i é *L*-verdadeira (em *S*) $\stackrel{\text{def}}{=} \mathfrak{S}_i$ vale em toda descrição-de-estado (em *S*).

(ii) Sentença contraditória: \mathfrak{S}_i é *L*-falsa (em *S*) $\stackrel{\text{def}}{=} \sim \mathfrak{S}_i$ é *L*-verdadeira.

(iii) Sentença *L*-determinada [logicamente determinada]: \mathfrak{S}_i é *L*-determinada (em

S) $\stackrel{\text{def}}{=} \mathfrak{S}_i$ é, ou *L*-verdadeira ou *L*-falsa.

- (iv) Sentença sintética: \mathfrak{S}_i é *L-indeterminada* ou *factual* (em S_i) $\stackrel{\text{def}}{\iff}$ \mathfrak{S}_i não é *L-determinada* (CARNAP, 1947, p. 10-11).

Uma vez estabelecida a distinção nas obras de 1934 e 1947, passemos a analisar as semelhanças e diferenças entre as propostas de *Logical Syntax and Meaning and Necessity* de modo a trazer luz à proposta carnapiana para a distinção analítico-sintético. Do lado das semelhanças, vemos que a estratégia é parecida, define-se termos técnicos, com base nas regras de transformação da linguagem, isto é, do sistema linguístico formal, para o qual a distinção está sendo definida e, a partir deles, forja-se as definições enquanto *explicatum*s. Isto é feito de tal modo que, como destacam Leitgeb e Carus (2020, p. 150-151), a distinção analítico-sintético sempre detém a função de rastrear os enunciados que “vem” com o *framework* linguístico, ou seja, os enunciados que expressam os recursos próprios do sistema e são pressupostos na linguagem, e que, não obstante, não possuem conteúdo empírico.

Do lado das diferenças, podemos começar notando que em *Logical Syntax* Carnap está trabalhando com um *framework* sintático, mantendo a discussão nesse plano, enquanto em *Meaning and Necessity* o *framework* é semântico. Isto já salienta que os recursos formais e o modo de forjar a distinção são diferentes. Porém, e este é o ponto mais fundamental, independente de se a discussão está em um plano sintático ou semântico, a distinção analítico-sintético é sempre uma questão de ordem técnica e relativa a uma linguagem, a um sistema linguístico *L* construído.

Logo, uma sentença que é analítica em uma linguagem hipotética *L-A*, pode muito bem ser uma sentença sintética em uma linguagem *L-B* e, sequer, ser uma sentença em uma outra linguagem *L-C*. Desta forma, Carnap está muito distante de sustentar que podemos, de maneira geral, absoluta, definir a distinção de modo que demarcaria, de um lado, verdades que se fundamentam em fatos e verdades que independem de fatos.

Carnap, em resumo, encara a distinção, como bem destacam Leitgeb e Carus (2020, p. 143-144), de maneira análoga ao modo como matemáticos encaram definições, isto é, forjar a distinção, como uma definição matemática, é uma questão de construção lógico-matemática dentro e para um sistema formal. Portanto, o dogma da distinção analítico-sintético, tal como definido por Quine, também não se aplica à obra de Carnap.

Por fim, a conclusão que chegamos é a de que o empirismo carnapiano, ainda que tenha presente posições reducionistas e se valha de

distinções analítico-sintético, não é dogmático. Não obstante, podemos rastrear, de maneira bastante pontual, o fator que é ignorado por Quine em sua análise e que o leva a atribuir os dogmas à obra carnapiana. Este fator, para sermos concisos, é o Princípio de Tolerância Linguístico de Carnap, apresentado pela primeira vez, de maneira explícita, em *Logical Syntax*, mas presente em toda sua obra²².

Este princípio conta com a seguinte formulação em *Logical Syntax*: “Não é nosso trabalho estabelecer proibições, mas chegar a convenções” (CARNAP, 1937, p. 51, *italico do autor*). Como Carnap (1937, p. 52) explica na sequência, no contexto da Lógica, isto quer dizer que cada pessoa possui a liberdade de construir sua própria lógica, sua forma de linguagem, como bem entender, estabelecendo as regras de formação e transformação que melhor servirem a seus propósitos, desde que de maneira racional, precisa e coerente.

Quando estendemos este princípio à questão da distinção analítico-sintético, uma vez que a distinção é técnica e relativa a uma linguagem e, não obstante, como as regras da linguagem, seja esta linguagem qual for, são escolhidas convencionalmente, temos que a distinção não é absoluta e fundamental. Agora, se voltarmos ao *Aufbau* e aplicarmos o princípio à questão do reducionismo, vemos, como constatamos anteriormente, que a linguagem elencada como a base de redução da linguagem científica é escolhida, também neste caso, convencionalmente, o que faz com que a linguagem fenomenalista, adotada por Carnap em seu esboço, não seja condição necessária²³.

Desta forma, ao ignorar o Princípio de Tolerância Linguístico, Quine perde de vista um aspecto fundamental para compreender a obra carnapiana e, por conseguinte, atribui a ela os famosos dois dogmas do empirismo. No entanto, ao trazermos de volta o princípio à cena, vemos que o empirismo de Carnap e, além disso, sua obra, longe de dogmática, é plural, tolerante e pragmática. Como Carnap (1963, p. 18) explica em sua *Intellectual Autobiography*, o Princípio de Tolerância marca sua atitude neutra diante de questões filosóficas clássicas, como questões de Ontologia, que Carnap considerava

²² Tal afirmação é feita por Carnap (1963, p. 18-19) em sua *Intellectual Autobiography*.

²³ É importante salientar que o convencionalismo metodológico e o Princípio de Tolerância Linguística não têm por consequência um relativismo epistemológico quando aplicados à discussão da base empírica da Ciência. O princípio diz respeito à estrutura linguística, isto é, à escolha da linguagem que descreve os resultados das observações, por exemplo. Assim, por um lado, o convencionalismo dessa escolha não é arbitrário, sendo guiado por regras metodológicas, por outro, o teste empírico, o confronto dos enunciados com as observações, é um ponto central no empirismo carnapiano. Dessa forma, a objetividade científica é garantida e não há relativismo epistemológico na concepção carnapiana. A leitora e o leitor encontram uma discussão interessante sobre o convencionalismo da base empírica com foco na metateoria carnapiana em *Carnap. Lógica, Linguagem e Ciência* (2015), seções 3.3 e 3.4.

pseudoquestões, e, também, destaca sua atitude tolerante diante das inúmeras possibilidades ao abordar as problemáticas fundamentais que restavam, uma vez dissolvidas as pseudoquestões. Esta atitude de Carnap representa, justamente, sua visão não dogmática, de um lado, e pragmática, de outro, tal como é manifesto em “Empirismo, Semântica e Ontologia” (1975):

A aceitação ou rejeição das formas linguísticas abstratas, assim como a aceitação ou rejeição de quaisquer outras formas linguísticas em qualquer outro campo da ciência, será finalmente decidida por sua eficiência enquanto instrumento, a razão entre os resultados alcançados e a quantidade e complexidade dos esforços requeridos. Decretar proibições dogmáticas de certas formas linguísticas em vez de avaliá-las pelo seu sucesso ou fracasso no uso prático, é pior do que fútil: é positivamente alarmante porque pode obstruir o progresso científico. A história da ciência mostra exemplos dessas proibições baseadas em prejuízos derivados de fontes religiosas, mitológicas, metafísicas ou de outras fontes irracionais, que diminuem os desenvolvimentos durante pequenos ou grandes períodos de tempo. Aprendamos as lições da história. Atribuíamos àqueles que trabalham em algum campo especial da investigação a liberdade para usar qualquer forma de expressão que lhes pareça útil; o trabalho nesse campo conduzirá mais cedo ou mais tarde à eliminação daquelas formas que não possuem nenhuma função útil. *Sejamos prudentes ao fazer asserções e tenhamos uma atitude crítica ao examiná-las, mas sejamos tolerantes ao permitir as formas linguísticas.* (CARNAP, 1975, p. 134, *italico do autor*)

Sobre o empirismo sem dogmas

A constatação do não dogmatismo do empirismo carnapiano levanta algumas questões acerca da proposta final de Quine em *Dois Dogmas*, a saber, a do seu empirismo não dogmático. A proposta de Quine, de maneira introdutória, pode ser resumida como uma tentativa de mudar o que ele considerava ser a imagem filosófica do conhecimento científico de seu tempo. Esta mudança, não obstante, consistiria em abandonarmos a imagem fundacionista do conhecimento científico enquanto um edifício, construído de maneira consistente a partir de uma base empírica sólida, para uma concepção holista de conhecimento, na qual o conhecimento deve ser visto como um campo de força, ou, para sermos mais didáticos, como um globo recheado de interligações, no qual nenhum enunciado possui um *status* epistêmico privilegiado.

Quando somamos a metáfora do conhecimento científico enquanto um edifício aos dogmas atribuídos por Quine, o que nos deparamos é com um edifício no qual há dois tipos de enunciados epistemologicamente privilegiados, pois os reconheceríamos, em tese, como verdadeiros, a saber, os enunciados que descrevem as experiências imediatas e os enunciados analíticos. Estes enunciados seriam, conseqüentemente, irrevisáveis e representariam pedras de toque para toda a construção do conhecimento científico. Assim, uma vez que Quine considera que esta era a imagem empirista de sua época, abandonar os dogmas do reducionismo e da analiticidade representa, para Quine, uma mudança radical da imagem da Ciência, sobretudo no que tange aos aspectos convencionais envolvidos na aceitação e rejeição dos enunciados científicos.

Desta forma, é a partir destas considerações que conseguimos entender a insistência de Quine, na apresentação do empirismo sem dogmas, acerca da globalidade, da revisibilidade e do não privilégio epistêmico dos enunciados no campo de força do conhecimento científico:

Um conflito com a experiência na periferia ocasiona reajustes no interior do campo. Os valores de verdade têm de ser redistribuídos em alguns de nossos enunciados. A reavaliação de alguns enunciados acarreta a reavaliação de outros, em função de suas interconexões lógicas, sendo as leis da lógica, por sua vez, simplesmente certos enunciados adicionais do sistema, certos elementos adicionais do campo.

(...) Qualquer enunciado pode ser considerado verdadeiro, aconteça o que acontecer, se fizermos ajustes drásticos o suficiente em outra parte do sistema. Mesmo um enunciado muito próximo da periferia pode ser considerado verdadeiro diante de uma experiência recalcitrante, alegando-se alucinação ou modificando-se certos enunciados que chamamos de leis lógicas. Inversamente, pela mesma razão, nenhum enunciado está imune à revisão. (QUINE, 2011a, p. 67)

O que é importante notar é que, apesar de construir seu empirismo sem dogmas em termos epopeicos e revolucionários, é possível questionar até que ponto essa abordagem de Quine é de fato uma novidade em relação ao Empirismo Lógico.

Quanto à globalidade do corpo do conhecimento científico e da revisibilidade de todo e qualquer enunciado dentro da Ciência, por exemplo, Carnap (1995, p. 42; p. 48-49) em *The Unity of Science*, alegou, ainda em 1932, que nenhum enunciado na Ciência é testado isoladamente e que todos

enunciados científicos são tomados na qualidade de hipóteses que nunca são completamente refutadas ou confirmadas, de modo que “no estabelecimento do sistema científico sempre há, portanto, um elemento de convenção, isto é, a forma do sistema nunca é completamente determinada pela experiência e sempre parcialmente determinada por convenções” (CARNAP, 1995, p. 49).

Já em 1934, em *Logical Syntax*, Carnap (1937, p. 318) reforça as posições de *The Unity of Science* e insiste que nenhum enunciado está imune à revisão dentro da Ciência:

Nenhuma regra da linguagem fisicalista é definitiva; todas as regras são estipuladas com a reserva de que podem ser alteradas assim que parecer expediente fazer as mudanças. Isto não se aplica apenas a P-regras [regras físicas], mas também às L-regras [regras lógicas], incluindo àquelas da Matemática. Neste sentido, há apenas diferenças de grau; certas regras são mais difíceis de renunciar que outras. (CARNAP, 1937, p. 318, *itálico do autor*)

Além destas posições de Carnap, e antes delas, Otto Neurath, filósofo pertencente ao Círculo de Viena e crítico ferrenho das concepções de Carnap no *Aufbau*, sustentou uma imagem holista da Ciência em termos bastante semelhantes aos apresentados por Quine. Na concepção de Neurath (1949, p. 203), na Ciência Unificada, o que nós buscamos é construir um sistema não contraditório de enunciados, sejam eles tipo lei, protocolar, matemático etc. Neste sistema, quando uma nova sentença nos é apresentada, nós a comparamos com o sistema para determinar se ela conflita ou não com ele. Se a sentença conflita, afirma Neurath (1949, p. 203), nós podemos descartá-la como falsa ou, então, podemos aceitá-la com a condição de modificar o sistema até ele se tornar compatível com ela. Não obstante, Neurath (1949, p. 203) assevera, também, que toda e qualquer sentença é revisável dentro do sistema, apresentando-nos, por fim, a seguinte imagem da Ciência:

*Não há nenhuma maneira de tomar sentenças protocolares puras e conclusivamente estabelecidas como o ponto de partida das ciências. Nenhuma tabula rasa existe. Nós somos como marinheiros que devem reconstruir o navio em mar aberto, nunca capazes de desmontá-lo em uma doca e reconstruí-lo com os melhores materiais. Apenas os elementos metafísicos podem desaparecer sem deixar rastros. Conglomerados linguísticos vagos sempre permanecerão, de uma maneira ou de outra, como componentes no navio. Se a vagueza diminui em um ponto, ela pode muito bem aumentar em outra. (NEURATH, 1949, p. 201, *itálico do autor*)*

Estas considerações de Neurath, somadas ao seu reconhecido coerentismo, fornece-nos uma imagem que, não é exagero dizer, antecipam as considerações de Quine. Já em sentido geral, nossas inquirições mostram que, longe de estarem distantes, as concepções de Carnap e Neurath estão bastante próximas às de Quine em pontos centrais. O que cabe destacar, porém, é que enquanto Neurath e Carnap constroem suas posições em debates dentro do contexto do Círculo de Viena, isto na década de 1930, Quine constrói tais posições em contraste a uma imagem dogmática que ele elabora e atribui, erroneamente, ao Círculo de Viena, isto na década de 1950. Portanto, a conclusão que chegamos é a de que Quine constrói uma caricatura de Carnap, do Círculo de Viena e do Empirismo Lógico, e que o empirismo sem dogmas não é nenhuma novidade sua, uma vez que este já estava presente no movimento que o antecede.

Considerações Finais

Se, por um lado, chegamos à conclusão de que não há, propriamente, um abismo entre as posições metateóricas de Quine e Carnap acerca do empirismo sem dogmas, por outro, é preciso ressaltar que Quine é reconhecido também por outra proposta, que, assim como seu empirismo sem dogmas, nos é apresentada como o resultado de uma construção crítica em relação ao Empirismo Lógico. Estamos falando, aqui, de sua proposta de substituição da epistemologia tradicional no escopo da Filosofia da Ciência por uma epistemologia naturalizada, explicitada nos seguintes termos no artigo “Epistemologia Naturalizada” (1989):

A epistemologia, ou algo que a ela se assemelhe, encontra seu lugar simplesmente como um capítulo da psicologia e, portanto, da ciência natural. Ela estuda um fenômeno natural, a saber, um sujeito humano físico. Concede-se que esse sujeito humano recebe uma certa entrada experimentalmente controlada – certos padrões de irradiação em variadas frequências, por exemplo – e no devido tempo o sujeito fornece como saída uma descrição do mundo externo tridimensional e sua história. A relação entre a magra entrada e a saída torrencial é a relação que nos sentimos estimulados a estudar um tanto pelas mesmas razões que sempre serviram de estímulo para a epistemologia [tradicional]; ou seja, a fim de ver como a evidência se relaciona à teoria e de quais maneiras as nossas teorias da natureza transcendem qualquer evidência disponível. (QUINE, 1989, p. 89)

A proposta de Quine, como destaca Dutra (2010, p. 165), é a de pensar as questões da epistemologia tradicional em termos de pesquisas empíricas de psicologia e linguística. Não obstante, como também chama atenção Dutra (2010, p. 169), as críticas que Quine faz em *Dois Dogmas* ao pensamento de Carnap “preparam a cena” para a ascensão da epistemologia naturalizada. No entanto, assim como em *Dois Dogmas*, em “Epistemologia Naturalizada”, Quine se vale de uma imagem caricaturada do Empirismo Lógico e, de maneira pontual, da obra de Carnap, focando, em larga medida, em sua interpretação fundacionista estereotipada do *Aufbau*.

No entanto, esta interpretação não é condizente nem com o *Aufbau*, nem com outras obras de Carnap. Como notamos, o Carnap fundacionista do *Aufbau* não é dogmático e, para além disso, o fundacionismo de método²⁴ da obra de 1928 é abandonado em favor de uma concepção falibilista do conhecimento em *Logical Syntax*. Mas não só isso, um ponto comumente ignorado é que a própria Teoria Construcional arquitetada no *Aufbau* é substituída nas obras subsequentemente por uma nova proposta de análise lógica que visa superar a epistemologia tradicional, ou seja, assim como Quine, Carnap tem uma proposta para a Filosofia da Ciência.

Esta proposta começa a tomar forma em 1932 com a publicação de *The Unity of Science*, no qual Carnap passa a distinguir entre enunciados no modo material e no modo formal do discurso. Contudo, é em 1934, com *Logical Syntax*, que Carnap consegue elaborar o *framework* lógico-linguístico robusto o suficiente para sustentar sua proposta. Esta proposta, como Carnap (2012, p. 131-132) explica em “Da epistemologia à lógica da ciência” (2012), consiste em depurarmos a epistemologia em seus componentes lógicos e científicos²⁵, deixando as investigações de natureza empírica para as ciências empíricas e reservando à Filosofia as investigações metateóricas de análise lógica do conhecimento científico.

Especificamente, no viés lógico-linguístico no qual Carnap elabora a proposta, esta análise lógica consistiria em investigações metateóricas, através de *frameworks* lógicos, dos enunciados, teorias e métodos das ciências. Logo, como nota Liston (2015, p. 186), esta perspectiva de Carnap é analítica e

²⁴ No fundacionismo de método a base é escolhida convencionalmente, no fundacionismo de base a base é um conjunto de sentenças que temos, em tese, conhecimento (auto)evidente de sua verdade.

²⁵ Em geral, elementos psicológicos, como, por exemplo, a tese que sustentava o princípio de primazia epistêmica no *Aufbau*, a saber, a de que o conhecimento começa, empiricamente, com a experiência sensorial, com os dados dos sentidos. Para este ponto, a leitora e o leitor podem conferir o próprio texto “Da epistemologia à lógica da ciência” (2012).

empirista, havendo apenas dois tipos de enunciados significados, os empíricos e os analíticos. Neste sentido, segundo a proposta de Carnap, caberia às ciências empíricas a pesquisa, teste e elaboração dos enunciados sintéticos, enquanto à Filosofia restaria simplesmente um método analítico de investigação metateórica.

Desta forma, vemos como a discussão acerca da analiticidade está interligada com a proposta de Carnap para a Filosofia da Ciência, pois, sem a distinção analítico-sintético, sua *Lógica da Ciência* não é possível. Neste sentido, entendemos, também, porque Dutra (2010, p. 169) diz que as críticas em *Dois Dogmas* preparam o terreno para a epistemologia naturalizada de Quine. Porém, como discutimos, os dogmas do empirismo não se aplicam à obra carnapiana. Consequentemente, o fim da epistemologia nas mãos do Círculo de Viena, ou a bancarrota da epistemologia nas palavras Quine (1989, p. 98), não representa simplesmente o constatar de que “epistemologia” é um termo carente de significado, tal qual “metafísica”, mas, pelo contrário, representa a guinada à proposta da *Lógica da Ciência*. Este ponto é simplesmente ignorado por Quine, possivelmente por acreditar ter, em definitivo, constatado e superado os equívocos dogmáticos do Empirismo Lógico.

Por fim, o que temos no debate entre Carnap e Quine é que, enquanto Quine propõe que reformulemos as questões epistemológicas de modo a poderem ser tratadas por meio de investigações empíricas, psicológicas e linguísticas, Carnap propõe que reestruturemos as questões tratadas pela epistemologia tradicional de forma a serem investigadas por meio de *frameworks* lógico-linguísticos, ou seja, análise lógica. Assim, se Quine e Carnap concordam, de maneira geral, acerca do empirismo sem dogmas, o que os colocam realmente em oposição são suas respectivas propostas para a Filosofia da Ciência. E, ao contrário do que pensa a tradição que julga o Empirismo Lógico por suas caricaturas, estas propostas são igualmente razoáveis até que investigações sólidas e coerentes mostrem o contrário.

Referências

- AYER, A. J. (ed). *Logical positivism*. New York: The Free Press, 1959.
- BIRD, A. “The historical turn in the philosophy of science”. In: PSILLOS, S. & CURD, M. (eds.). *The routledge companion to philosophy of science*. London & New York: Routledge, 2008.
- CARNAP, R. *The logical syntax of language*. London: Routledge & Kegan Paul LTD, 1937.

- _____. *Meaning and necessity*. Chicago: The University of Chicago Press, 1947.
- _____. *Intellectual Autobiography*. In: SCHILPP, P. A. (ed.). *The philosophy of Rudolf Carnap*. La Salle: Open Court, 1963.
- _____. *Logical foundations of probability*. Chicago: The University of Chicago Press, 1963a.
- _____. “Empirismo, semântica e ontologia”. Tradução de Pablo Rubén Mariconda. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- _____. “Pseudoproblemas na Filosofia”. Tradução de Pablo Rubén Mariconda. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975a.
- _____. *The unity of science*. Translated by M. Black. Bristol: Thoemmes Press, 1995.
- _____. *The logical structure of the world*. Translated by Rolf A. George. California: University of California Press, 2005.
- _____. “Da epistemologia à lógica da ciência”. Tradução de Gilson Olegario da Silva. In: *Disputatio*. Vol. 1, No. 1, 2012, p. 131-135.
- CARUS, A. W. *Carnap and twentieth-century thought*. Cambridge: Cambridge University of Press, 2007.
- COFFA, J. A. *The semantic tradition from Kant to Carnap*. Edited by Linda Wessels. Cambridge: Cambridge University Press, 1991
- CREATH, R. (ed.). *Dear Carnap, dear Van*. Los Angeles: University of California Press, 1990.
- FRIEDMAN, M. *Reconsidering logical positivism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. Tradução de Anoar Aiex. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1992.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- LEITGEB, H. & CARUS, A. “Rudolf Carnap”. In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2020.
- LISTON, G. *Carnap: lógica, linguagem e ciência*. Campinas: Editora PHI, 2015.
- MORTARI, C. A. *Introdução à Lógica*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- MULLER, F. A. “Reflections on the revolution at Stanford”. In: *Synthese*. Vol. 183, 2009, p. 87-114.
- NEURATH, O. “Protocol Sentences”. In: AYER, A. J. (ed). *Logical positivism*. New York: The Free Press, 1959.
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 2013.

- PSILLOS, S. “The realist turn in the philosophy of science”. In: SAATSI, J. *The routledge handbook of scientific realism*. London & New York: Routledge, 2018.
- QUINE, W.V.O. “Epistemologia naturalizada”. Tradução de Andréa Maria Altino de Campos Loparic. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- _____. *De um ponto de vista lógico: nove ensaios lógico-filosóficos*. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- _____. “Dois dogmas do empirismo”. Tradução de Antonio Ianni Seggato. In: QUINE, W. V. O. *De um ponto de vista lógico*. São Paulo: Editora Unesp, 2011a.
- RUSSELL, B. *Our knowledge of external world*. London & New York: Routledge, 2009.
- SCHILPP, P. A. (ed.). *The philosophy of Rudolf Carnap*. La Salle: Open Court, 1963.
- TRANJAN, T. *Carnap e a natureza da lógica*. Tese (doutorado em filosofia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- UEBEL, T. *Overcoming logical positivism from within*. Amsterdam & Atlanta: Rodopi B.V., 1992.
- _____. “Logical Positivism” – “Logical Empiricism”: what’s in a name?. *Perspectives on Science*, Vol. 21, No. 1, 2013, p. 58-99.
- WAGNER, P. (ed.). *Carnap’s ideal of explication and naturalism*. Houndmills et al.: Palgrave Macmillan, 2012.

Email: pedropizzutti@gmail.com

Email: gelson@uel.br

Recebido: 10/2021

Aprovado: 07/2022